



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **A cartografia social como ferramenta para o ensino do território:**

### **Experiência na região de Chapadinha-MA**

Daniel de Souza Martins

Lucas Abraão Lima Mendes

Sharon de Paula Gomes

## **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, as transformações socioespaciais observadas no Nordeste brasileiro, particularmente nos estados que compõem o MATOPIBA, têm colocado em evidência a intensificação de processos de reestruturação agrária baseados na expansão da sojicultura e de outros cultivos voltados ao mercado externo. No estado do Maranhão, diversas pesquisas apontam a substituição progressiva de cultivos alimentares por monocultivos mecanizados, gerando alterações profundas no uso do solo, na paisagem rural e nas formas tradicionais de reprodução social das comunidades locais. Chapadinha-MA, município situado na área de influência direta da fronteira agrícola, constitui um exemplo emblemático desse fenômeno, vivenciando mudanças aceleradas em suas dinâmicas econômicas, ambientais e culturais.

Tais transformações, contudo, nem sempre encontram espaço de reflexão no ambiente escolar, onde prevalecem representações cartográficas abstratas e distantes da realidade vivida pelos estudantes. Como argumenta Santos (2006), o território é sempre produto de relações de poder, imbricando materialidades, normas e práticas sociais diversas; entretanto, na escola, ele tende a ser reduzido a recortes administrativos ou a mapas desprovidos de densidade política. Essa desconexão entre território vivido e território ensinado restringe a capacidade crítica dos educandos e limita a compreensão das contradições presentes em seu cotidiano.



Nesse contexto, a cartografia social surge como possibilidade pedagógica para integrar experiências locais, memórias coletivas, práticas territoriais e conflitos socioambientais. Diferentemente do tecnicismo cartográfico tradicional, a cartografia social propõe um processo participativo no qual os sujeitos são coautores da representação espacial, produzindo mapas que expressam sentidos, usos, percepções e disputas sobre o espaço. Acselrad (2010) destaca que mapear é também disputar significados, tornando visíveis territorialidades invisibilizadas e ampliando a compreensão coletiva do território.

Ao associar essa perspectiva à pedagogia crítica freireana, compreende-se que o uso da cartografia social no ambiente escolar não se limita à construção de mapas, mas constitui uma prática de leitura do mundo, de diálogo e de conscientização. Para Freire (1987; 1996), educar é sempre um ato político, e a formação crítica exige partir da realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo-os como agentes capazes de interpretar e transformar sua própria história. Nesse sentido, a cartografia social converte-se em metodologia que articula investigação, expressão e práxis, permitindo aos estudantes reconhecerem-se como participantes ativos das dinâmicas territoriais que moldam a cidade.

Esta pesquisa apresenta resultados parciais do projeto de extensão “**A Cartografia Social como Ferramenta para o Ensino do Território**”, desenvolvido na U.I. Manoel José de Santana, em Chapadinha-MA. Seu objetivo é analisar como práticas de cartografia social podem contribuir para a compreensão crítica das transformações territoriais associadas à expansão do agronegócio na região, bem como fortalecer o protagonismo estudantil no processo de leitura e interpretação do espaço vivido.

## **METODOLOGIA**

O projeto se caracteriza como pesquisa-ação qualitativa, buscando produzir conhecimento útil ao próprio processo de formação na U.I Manoel de Santana ao mesmo tempo que problematiza e intervém nas dinâmicas territoriais locais. A escolha pela pesquisa-ação articula investigação e intervenção educativa, permitindo ajustar



procedimentos conforme os retornos das práticas em campo e a escuta dos sujeitos envolvidos. Esta postura dialoga com a ideia de que ensinar é uma forma de intervenção no mundo e requer pesquisa permanente e diálogo com os saberes dos educandos (Freire, 1996).

Também pautada na Cartografia Social como prática epistemológica, em um pensamento de mapear como ato de produção de sentido e de disputa territorial, lutando contra a ideia do tecnicismo positivista.(Acselrad, 2010).

Como o projeto ainda está em fase de produção as etapas do mesmo sendo seguidas são o levantamento bibliográfico e a construção do arcabouço teórico-metodológico para a revisão sobre cartografia social, pedagogia crítica e dinâmicas agrárias/territoriais na região, a visita institucional diagnóstica à U.I. Manoel José de Santana: reconhecendo o espaço, iniciando o contato com o corpo docente e discente, levantamento da agenda escolar, observação do entorno e do contexto escolar. Fases na quais foram concluídas, agora serão trabalhadas oficinas sequenciais com turmas dos anos finais do ensino fundamental com as seguintes atividades em ciclo: rodas de conversa para escuta dos estudantes sobre o lugar onde vivem: lugares importantes, mudanças percebidas, conflitos e memórias, visando a construção de uma pauta coletiva e construção do vocabulário partilhado. Também o mapeamento coletivo em papel com croquis e mapas mentais, criando mapas em grande formato (A1/A0) usando fotos, recortes, símbolos com participação direto do corpo docente e dos membros do projeto, buscando a construção do protagonismo estudantil ( Freire, 1996; Acselrad, 2010.), logo após a oficina de registro etnográfico para estímulo de produções de narrativas com textos, desenhos, pinturas e etc, para a explicação dos locais mapeados, logo após o fim da fase prática do projeto vem a análise coletiva com enfoque na sistematização conjunta dos resultados: identificação de temas centrais e hierarquização de problemas e proposição de intervenções/ações educativas comunitárias, e por ultimo a devolutiva ao público feita através de apresentação dos mapas e produções à comunidade escolar e familiares; registro audiovisual e produção de um material síntese (painel/cartilha) para circulação local.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



A discussão sobre os impactos da sojicultura em Chapadinha-MA e a necessidade de uma educação geográfica crítica conduz a uma reflexão sobre os conceitos de preservação e conservação. A cartografia social, ao dar voz às territorialidades locais, oferece uma perspectiva que se contrapõe ao modelo preservacionista tradicional, que frequentemente ignora a dimensão humana na gestão ambiental.

Antonio Carlos Diegues, em *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, critica a visão que busca criar "ilhas intocadas" de natureza, separadas da ação humana. Essa visão, que ele denomina "neomito", desconsidera o conhecimento milenar das populações tradicionais e impõe um modelo de conservação que pode gerar conflitos e exclusão.

A cartografia social, ao contrário, alinha-se à etnoconservação, reconhecendo que a conservação é inseparável da sociodiversidade. Ao mapear os recursos naturais, os locais de uso comum e as áreas ameaçadas, o aluno compreende que a luta pela terra é, simultaneamente, uma luta pela preservação dos modos de vida e dos ecossistemas. A formação de uma consciência de preservação emerge, assim, da leitura crítica das contradições do próprio território, reconhecendo o valor cultural e social do manejo tradicional.

Essa abordagem é crucial para a educação, pois ensina que a responsabilidade socioambiental não é um ato técnico ou abstrato, mas uma prática política e cultural enraizada no território vivido.

A primeira temática decorrente da revisão bibliográfica e da metodologia adotada refere-se ao papel da cartografia social como ruptura epistemológica frente ao tecnicismo historicamente associado à cartografia e a compreensão da função didática escolar. Se entende que a cartografia hegemônica consolidada pelo paradigma positivista acaba por consolidar como prática apenas de mensuração, cálculo e objetivação do espaço, criando assim uma imagem do território centrada apenas em parâmetros geométricos e métricos. Essa forma de construir o pensamento cartográfico, embora possa encontrar sua utilidade em fins estatais e administrativos, tende por abstrair dimensões socio-culturais, políticas e simbólicas, produzindo uma cartografia que se prende numa visão "neutra", mas que na realidade carregam



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

omissões e seleções que demonstram as relações de poder e interesses específicos acerca do território. (Acsehrad, 2010).

Nesse sentido, a cartografia social age como alternativa que se pauta na criticidade ao introduzir a participação de sujeitos marginalizados na construção das representações espaciais. Logo se mapeia não apenas para a localização de objetos no espaço, mas sim para a atribuição de um sentido, registrando os conflitos, evidenciando a territorialidade e tornando visível modos de vida modos de vidas que são frequentemente apagados pela cartografia hegemônica. Construindo o mapa não apenas como uma representação visual do espaço, mas passa a ser dispositivo de produção do conhecimento situado em uma realidade local, e sobretudo, age como ferramenta política de afirmação de resistência.

Em Chapadinha-MA, essa ruptura ganha uma relevância particular. Enquanto a os mapas oficiais a representam o município como antro de expansão do agronegócio, especialmente com o crescimento da sojicultura, enfatizando rotas de transporte, áreas de produção e infraestrutura logísticas, o que não demonstra os impactos ao cotidiano local e o impacto a população. A transformação da paisagem, a perda da vegetação nativa, as alterações do uso do solo e a reconfiguração de práticas culturais o que é apaga pela cartografia tradicional. Se por um lado Chapadinha é representado como um “território de expansão do MATOPIBA”, por outro é um espaço de territorialidades, viveres locais, cultura própria, memórias coletivas e ambiente de acolhimento, agora com a expansão agrícola e a cartografia tradicional invisibilizam as suas tensões socioambientais (Acsehrad; Almeida e Junior, 2010;2019.).

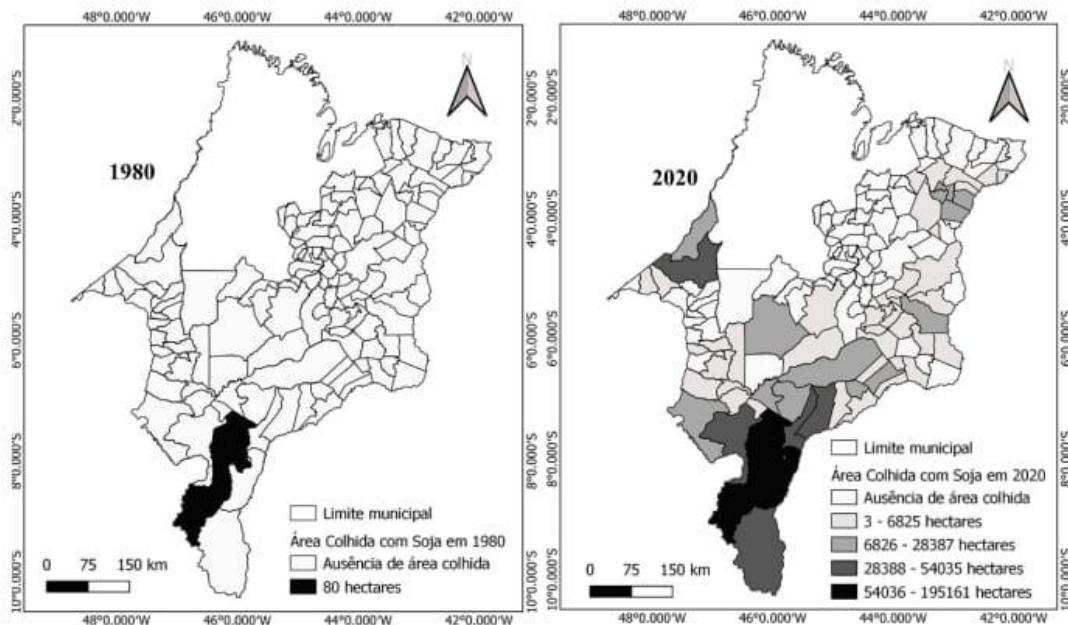


# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



**Dinâmica espacial da área colhida de soja no MATOPIBA Maranhense nos anos de 1980 e 2020**

A visita diagnóstica à U.I. Manoel José de Santana evidenciou esse processo, os materiais didáticos presentes na escola reproduzem apenas a perspectiva oficial, oferecendo aos estudantes uma imagem abstrata e descontextualizada de seu próprio território. Não há referências aos processos de transformação recentes do município, tampouco aos lugares significativos para a população e relação social da mesma para com os espaços culturais. Esse distanciamento reforça a hipótese teórica de que a cartografia escolar tradicional contribui para uma percepção fragmentada do território, integrando apenas a visão tecnicista o que enfraquece a percepção agrícola acerca da colonização do agronegócio aos municípios, o que cria uma percepção desarticulada das vivências e relações concretas dos alunos. (Almeida e Junior, Acselrad, 2019,2010.) (COLOCAR MAPAS DOS LIVROS DIDATICOS ACERCA DO MARANHÃO).

Diante disso, a cartografia social, enquanto prática pedagógica, propõe uma inflexão fundamental. Ao privilegiar procedimentos como mapas mentais, croquis coletivos e registros etnográficos, o projeto reconhece o aluno como sujeito da representação e não mero receptor de conteúdos geográficos. Essa abordagem, consonante com a pedagogia freireana, insere o ato de mapear no campo da leitura



crítica da realidade, permitindo que os estudantes reconheçam as transformações socioespaciais e compreendam-se como participantes ativos desses processos. Fazendo com que a cartografia social haja em dois níveis o epistemológico, ao criar um caráter que critique o caráter neutro da cartografia e propor um novo pensamento geográfico e pedagógico ao promover o protagonismo discente e integrar as experiências locais ao currículo escolar. (Acselrad; Freire, 2010;1996).

A cartografia social, ao se opor ao tecnicismo positivista, amplia o horizonte de compreensão do território. Ela transforma o mapa em instrumento de interpretação crítica do espaço vivido e, no contexto de Chapadinho-MA, oferece condições para revelar conflitos, identidades e práticas invisibilizadas, contribuindo para a formação geográfica sensível às dinâmicas contemporâneas e às experiências concretas dos sujeitos.

A compreensão do território precisa da ruptura epistemológica proporcionada pela cartografia social exige, assim, uma reconfiguração conceitual do próprio território, sendo que não pode ser dissociado das relações de poder que o produzem e o transformam. Santos 2006 argumenta, o território deve ser pensado enquanto indissociabilidade entre sistemas e objetos de ação, isto é, como a articulação dinâmica entre a materialidade, os usos sociais, racionalidades em disputa e temporalidades distintas que coexistem no espaço, logo o espaço é necessariamente político e fortemente marcado pelas relações de poder e simultaneamente como uma categoria pedagógica, que é central na formação estudantil. (Santos, 2006).

Sob essa visão, o território é permeado por disputas, intencionalidades e usos diferenciados que refletem assimetrias sociais. No caso de Chapadinho-MA, essa dinâmica se torna evidente diante da expansão da fronteira agrícola associada ao agronegócio da soja. A conversão de extensas áreas de vegetação nativa em monocultivos mecanizados reconfigura profundamente os usos do solo, modificando dinâmicas ambientais, práticas culturais e modos de vida. Trata-se de um processo que redefine territorialidades locais, produzindo novas hierarquias espaciais e ampliando a distância entre o espaço vivido pelos moradores e o espaço representado nos discursos institucionais e cartográficos. (Acselrad; Gabbi et al. 2010: 2022).

Assim, o avanço da sojicultura em Chapadinho não pode ser entendido apenas como mudança produtiva, mas como processo de reterritorialização, no qual novos agentes como as empresas agrícolas, corporações logísticas e investidores



externos a região passam a reorganizar o espaço segundo a racionalidade distintita das práticas socioculturais já estabelecida. O território assim passa a ser apropriado por lógicas operacionais voltadas à eficiência do capital, produzindo tensões com territorialidades preexistentes, associadas ao uso comunitário da terra, aos modos de vida tradicionais e às práticas cotidianas da população urbana e periurbana. (Acselrad; Santos. 2010, 2006.)

A visita ao município de Chapadinha evidencia empiricamente esse cenário as ruas da cidade maracadas por fluxos de caminhões graneleiros, circulação de máquinas agrícolas, supressão de áreas vegetadas e reconfiguração de espaços de uso comum. Contudo, tais transformações permanecem ausentes das representações cartográficas formais utilizadas nas escolas, reforçando a cisão entre território vivido e território ensinado. Essa disjunção, ao naturalizar os processos em curso, contribui para a reprodução de uma visão despolidizada do espaço, desconectada das experiências concretas dos estudantes.

É nesse contexto que a cartografia social assume relevância pedagógica. Ao propor práticas de mapeamento participativo como as rodas de conversa, croquis, mapas mentais e registros etnográficos, acabam por reensinar o território como objeto de reflexão crítica (Acselrad, 2010.) . Segundo Freire (1996), a leitura do mundo deve preceder a leitura da palavra, aplicar esse princípio ao ensino de Geografia implica reconhecer que a análise territorial só se efetiva quando parte das vivências dos sujeitos. Assim, ao construir mapas que contemplam memórias, conflitos, percepções e mudanças percebidas pelos estudantes, o projeto transforma o território em ferramenta de interpretação da realidade, permitindo que estes compreendam que as transformações espaciais resultam de escolhas políticas e econômicas, e não de fenômenos naturais ou inevitáveis.

Essa dimensão se estrutura, sobretudo, no campo da pedagogia crítica freireana, tanto em Pedagogia da Autonomia quanto em Pedagogia do Oprimido, obras que delimitam a necessidade de uma educação fundamentada na produção coletiva do conhecimento, no diálogo e na práxis transformadora. Para Freire (1987), a educação só se realiza plenamente quando supera o modelo “bancário”, no qual o aluno é compreendido como recipiente a ser preenchido, e adota a perspectiva problematizadora, caracterizada pelo diálogo e pela leitura crítica do mundo. A cartografia social, ao romper com a reprodução de mapas prontos e abstratos, alinha-se



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

a essa concepção ao reconhecer que o estudante não é mero receptor de informações, mas sujeito histórico capaz de interpretar e transformar a realidade territorial que vive. Ao mapear, o aluno não reproduz uma verdade espacial previamente dada; ele produz sentido, confronta contradições e reinscreve sua experiência no espaço representado.

Nesse sentido, as oficinas de croquis, mapas mentais, rodas de conversa e registros etnográficos constituem práticas de práxis, entendida por Freire como a unidade dialética entre ação e reflexão que impulsiona processos emancipatórios. Ao representar os lugares importantes, os conflitos percebidos, as transformações ambientais e os impactos da expansão da sojicultura em Chapadinha, os estudantes mobilizam sua experiência concreta a ação ao mesmo tempo em que elaboram interpretações críticas sobre o território a reflexão. Trata-se de uma prática que, segundo Freire, possibilita o surgimento da consciência crítica, indispensável para a superação de visões fatalistas ou naturalizadas sobre o espaço. (Freire; Santos 1987, 2006).

Além disso, a cartografia social possibilita a ruptura com as formas de silenciamento que atingem historicamente grupos subalternizados. A produção de mapas coletivos abre espaço para que os estudantes expressem não apenas percepções espaciais, mas sentimentos, memórias, usos cotidianos e tensões locais, elementos que são comumente eliminados no currículo escolar. Esse processo de expressão e reconhecimento mútuo reforça o que Freire denomina “dizer a palavra”, isto é, a capacidade do sujeito de narrar sua realidade e, portanto, de se afirmar como agente político. (Freire, 1987).

a socialização pública dos mapas, por meio de painéis, exposições e devolutivas, reforça a dimensão coletiva da produção do conhecimento e fortalece o vínculo entre escola e comunidade. Esse movimento corresponde ao princípio freireano de que a educação deve estar enraizada no mundo da vida, contribuindo para a organização comunitária e para a ação coletiva. O território, portanto, deixa de ser apenas objeto de estudo e converte-se em campo de práxis, no qual os estudantes aprendem, refletem e atuam em conjunto.

Em síntese, ao incorporar princípios da pedagogia crítica, a cartografia social torna-se mais do que metodologia de ensino: transforma-se em um instrumento emancipador. Ela amplia o protagonismo estudantil, contribui para a construção da consciência crítica e possibilita que os sujeitos se reconheçam como participantes



ativos das disputas territoriais que moldam Chapadinha. No interior de um município atravessado por processos intensos de reestruturação agrária, tal formação revela-se fundamental para que as novas gerações possam ler, interpretar e transformar o território de que fazem parte. (Freire, 1996.)

Nesse sentido, os resultados preliminares do projeto desenvolvido na U.I. Manoel José de Santana apontam para três contribuições centrais. A primeira refere-se à visibilização das territorialidades locais, frequentemente apagadas pelas representações oficiais e pela lógica empresarial que orienta o uso contemporâneo da terra em Chapadinha. (Almeida e Junior; Acserald. 2019; 2010).

A segunda contribuição diz respeito à problematização das dinâmicas agrárias e dos impactos da expansão da sojicultura, que, conforme Almeida e Junior (2019) e Gabbi et al (2022) têm provocado substituição de cultivos alimentares, pressão sobre recursos naturais e redefinição da economia rural maranhense. Ao mobilizar esses elementos durante as oficinas, os estudantes puderam compreender que tais transformações não derivam de uma evolução natural da agricultura, mas de processos estruturais associados ao modelo exportador, conforme analisado por Furtado e retomado por pesquisas recentes sobre o MATOPIBA. Esse entendimento reforça a necessidade de uma educação geográfica que esclareça as consequências sociais, ambientais e culturais das escolhas produtivas.

A terceira contribuição destaca a dimensão emancipadora do processo educativo, alinhada aos princípios de Freire (1987) e (1996). Ao favorecer o diálogo, a leitura crítica da realidade e a produção coletiva do conhecimento, a cartografia social rompe com o modelo transmissivo tradicional e transforma o espaço escolar em arena de reflexão e ação. Os estudantes, ao assumirem autoria dos mapas, da narrativa e dos diagnósticos territoriais, vivenciam a experiência de “dizer sua palavra”, rompendo com o silenciamento e assumindo posição ativa diante das contradições que atravessam o território. Trata-se de um exercício de práxis que, ainda que inicial, inaugura processos de conscientização fundamentais para que os jovens compreendam-se como sujeitos históricos e capazes de intervir no mundo.

Desse modo, os resultados iniciais obtidos indicam que a cartografia social promove uma reorganização da relação entre escola, território e comunidade. O território deixa de ser conteúdo abstrato e converte-se em elemento estruturante da prática pedagógica, possibilitando a leitura do espaço como produto de disputas e



racionalidades divergentes. Para a escola pública, inserida em contexto marcado por rápidas transformações agrárias, essa abordagem revela-se particularmente potente, pois amplia a capacidade de interpretação crítica dos estudantes e fortalece o vínculo entre ciência geográfica, experiência local e formação cidadã. A relevância dessa abordagem se manifesta diretamente na construção do pertencimento e na formação da consciência socioambiental dos alunos, objetivos centrais desta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia social, ao ser incorporada como prática pedagógica, transcende a função de mera ferramenta didática para se estabelecer como um poderoso instrumento de intervenção e autonomia na formação do estudante. A experiência de mapear o próprio território, de forma crítica e participativa, permite que o aluno se reconheça como um sujeito histórico capaz de atuar sobre a realidade, e não apenas de ser determinado por ela.

A autonomia do estudante é forjada no momento em que ele confronta a representação hegemônica do espaço com a sua vivência, exercendo o direito de "dizer a palavra" sobre o seu mundo. Essa capacidade de nomear e interpretar criticamente as contradições territoriais (como a expansão do agronegócio em Chapadinha-MA) é o primeiro passo para a ação transformadora.

Em última análise, a cartografia social contribui para a formação de um cidadão que, ao compreender o território como um campo de disputas, está apto a participar ativamente da construção de uma "outra globalização", aquela que valoriza o local, a solidariedade e a justiça socioambiental. O mapa, nesse sentido, é o ponto de partida para a práxis que visa a emancipação, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade na luta por um território mais equitativo e sustentável.

A cartografia social, ao se estabelecer como ruptura epistemológica, exige uma análise aprofundada da natureza política do território. Conforme a perspectiva crítica, o território não é um mero palco de eventos, mas sim um campo de forças onde se manifestam as assimetrias sociais e as intencionalidades dos agentes. A dinâmica observada em Chapadinha-MA, marcada pela expansão do agronegócio, ilustra a



apropriação do espaço por racionalidade hegemônica uma que busca a eficiência do capital, em detrimento das territorialidades preexistentes.

Neste sentido, a cartografia social se insere como um ato de contra-mapeamento, um movimento que, segundo Acsehrad, contesta o monopólio da representação pelo Estado e pelos grandes interesses econômicos. O mapa produzido pelos estudantes não é apenas uma representação, mas um dispositivo de denúncia e de afirmação de uma outra globalização possível, aquela que se constrói a partir da resistência dos lugares.

A dimensão pedagógica dessa prática é indissociável de sua natureza política. A cartografia social materializa a práxis freireana, transformando o aluno de objeto em sujeito histórico capaz de intervir no mundo. O ato de mapear, ao exigir a reflexão sobre a ação e a realidade vivida, estimula a passagem da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica.

Ao confrontar o mapa oficial (que naturaliza a expansão da soja) com o mapa da vivência (que registra os conflitos e a perda de biodiversidade), o estudante desenvolve a consciência crítica. Essa conscientização é fundamental para a superação de visões fatalistas sobre o espaço, permitindo que o jovem compreenda que as transformações territoriais são resultado de escolhas políticas e econômicas, e não de fenômenos naturais ou inevitáveis. Assim, a cartografia social se consolida como uma ferramenta de emancipação que fortalece o vínculo entre a experiência local e a formação cidadã.

A presente pesquisa dedicou-se a analisar o potencial da cartografia social como ferramenta de ruptura epistemológica e pedagógica no ensino de Geografia, tomando como estudo de caso a realidade da Unidade Integrada Manoel José de Santana, em Chapadinha, Maranhão. Os resultados e discussões apresentados confirmam a hipótese central de que a cartografia social transcende a mera técnica de representação espacial, configurando-se como um poderoso instrumento de leitura crítica do território e de emancipação discente.

As análises desenvolvidas permitiram delinear três conclusões principais que sintetizam a contribuição do estudo. A pesquisa demonstrou que a cartografia social opera uma ruptura fundamental com o tecnicismo da cartografia hegemônica. Ao incorporar a perspectiva dos sujeitos, ela desnaturaliza a representação espacial, revelando que o território de Chapadinha-MA não é um dado neutro, mas sim um



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

produto de relações de poder, conflitos e intencionalidades (Acselrad, 2010). A invisibilidade das tensões socioambientais geradas pela expansão da sojicultura nos mapas oficiais é confrontada pela visibilização das territorialidades locais e dos impactos percebidos pelos estudantes. O estudo reforça a centralidade do território como categoria pedagógica, em consonância com a visão de Santos (2006), que o define como a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. A prática da cartografia social, ao utilizar metodologias como croquis coletivos e mapas mentais, transforma o espaço vivido pelos alunos em objeto de reflexão crítica, superando a cisão entre o "território vivido" e o "território ensinado" e promovendo uma compreensão geográfica sensível às dinâmicas contemporâneas. A investigação validou a dimensão emancipadora da cartografia social, alinhada à Pedagogia Crítica de Paulo Freire (1987; 1996). Ao promover o diálogo, a produção coletiva do conhecimento e a autoria dos mapas, a metodologia rompe com o modelo "bancário" de educação. O processo de mapeamento participativo constitui um exercício de práxis, a unidade dialética entre ação e reflexão, que permite aos estudantes "dizer sua palavra", reforçando seu protagonismo e sua capacidade de intervenção ativa nas contradições territoriais que moldam Chapadinha.

Os achados desta pesquisa oferecem um caminho promissor para a aplicação empírica e o aprofundamento teórico na comunidade científica, especialmente nas áreas de Geografia, Educação e Ciências Sociais Aplicadas. Os mapas e registros etnográficos produzidos pelos estudantes em Chapadinha-MA podem servir como dados primários para análises geográficas mais amplas sobre a reestruturação agrária no MATOPIBA. A comunidade científica pode utilizar esses materiais para validar ou confrontar modelos de expansão do agronegócio, oferecendo uma perspectiva bottom-up sobre os impactos socioambientais. O modelo pedagógico aqui explorado pode ser replicado e adaptado em outras escolas inseridas em contextos de intensas transformações territoriais (e.g., áreas de mineração, grandes projetos de infraestrutura). O estudo serve como referencial metodológico para a formação continuada de professores, incentivando a adoção de práticas que integrem o currículo escolar à realidade local e promovam a consciência crítica. A visibilização dos conflitos e das territorialidades locais, promovida pela cartografia social, pode subsidiar a elaboração de políticas públicas mais equitativas e sensíveis às demandas comunitárias. Os mapas produzidos pelos sujeitos marginalizados tornam-se



evidências concretas para o planejamento territorial, a gestão de recursos naturais e a mediação de conflitos fundiários.

O presente estudo, embora conclusivo em seus objetivos, abre um leque de possibilidades para a continuidade da investigação no campo da cartografia social e da educação geográfica. É crucial realizar pesquisas longitudinais para avaliar o impacto de longo prazo da cartografia social na formação da consciência crítica e na atuação política dos estudantes. Seria relevante investigar se a práxis desenvolvida na escola se traduz em ações concretas na comunidade após a conclusão do ensino básico. Sugere-se aprofundar o diálogo com a teoria do campo de Pierre Bourdieu, investigando como a cartografia social atua na conversão de capital simbólico (conhecimento local, memória) em capital político, capacitando os sujeitos a intervir nas disputas territoriais. Novas pesquisas poderiam realizar estudos comparativos entre a aplicação da cartografia social em contextos de expansão do agronegócio (como Chapadinha) e em áreas urbanas ou de preservação ambiental, a fim de identificar padrões e especificidades metodológicas. Há uma necessidade premente de desenvolver e validar materiais didáticos baseados na cartografia social que possam ser integrados ao currículo de forma sistemática, superando a dependência de iniciativas pontuais e confrontando a visão abstrata e descontextualizada dos livros didáticos tradicionais.

Em suma, a cartografia social se apresenta não apenas como uma alternativa metodológica, mas como um imperativo ético-político para a educação geográfica em um país marcado por profundas assimetrias territoriais. A continuidade da pesquisa neste campo é essencial para consolidar o arcabouço teórico que sustenta a formação de cidadãos capazes de ler, interpretar e, sobretudo, transformar a realidade em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; IPPUR/UFRJ, 2023.

FEITOSA, Magno dos Santos; LUCAS, Francisca M. S.; et al. A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e da substituição das culturas alimentares. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 10, n. 2, 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABBI, Fernando; COSTA, André L.; OLIVEIRA, Flávio M. *Cadeia produtiva da soja no Brasil: uma análise à luz da formação econômica brasileira*. Brasília: Embrapa, 2022.

NOGUEIRA, Suiane Kátia Pereira. *A cartografia social como instrumento de construção de identidades territoriais*. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RAFAEL, Barra Amador. [Título não identificado]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, [s.d.]. (Documento consultado no arquivo RAFAEL\_BARRA\_AMADORpdf.pdf).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.